



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Novembro de 2022

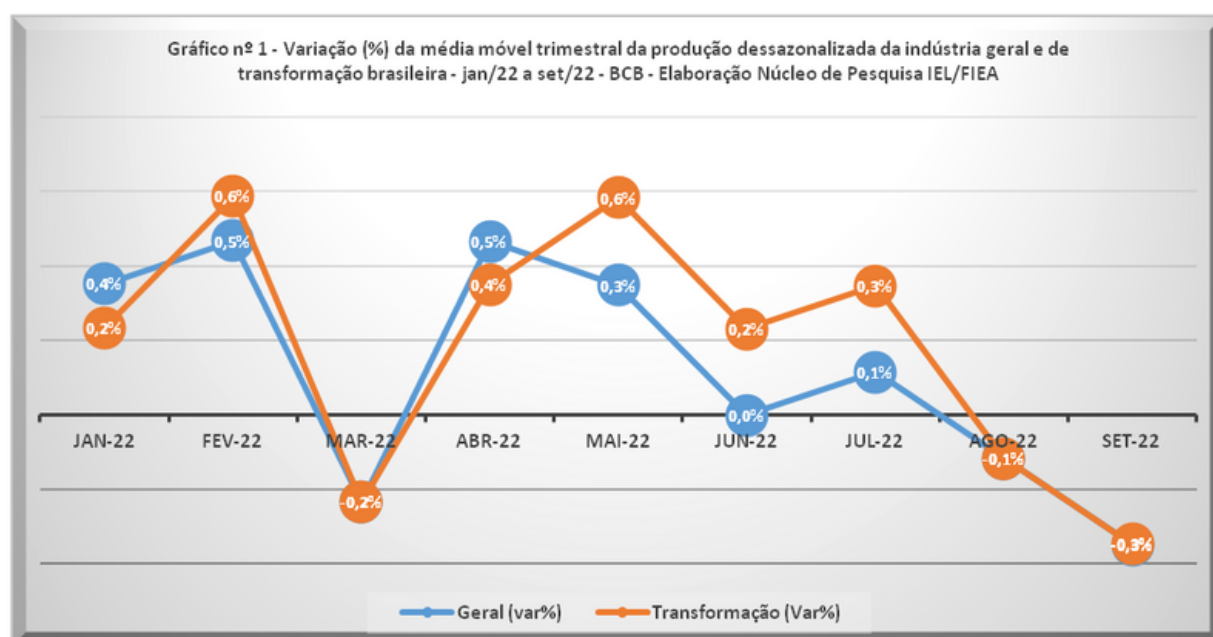
Indústria brasileira continua perdendo dinamismo

A indústria brasileira como um todo e a de transformação, mais especificamente, acumulam perdas nos últimos doze meses de 2,3% e 2,2%, respectivamente. A média móvel trimestral da produção de ambas as indústrias, como pode ser verificado no gráfico nº1, registram, a partir de maio, tendência de desaceleração atingindo de agosto em diante percentuais negativos de crescimento.

Com exceção da indústria de bens de capital, que acumula alto de 0,9% em doze meses, todos os demais setores por categoria de uso final registram retração. Ou seja, bens intermediários de -1,9%, de consumo de -4,2%, de consumo duráveis de -10,1% e de consumo não duráveis de -2,6%, conforme gráfico nº 2.

Tal dinâmica insatisfatória da indústria, principalmente de bens de consumo, reflete os efeitos da alavancagem financeira das famílias (endividamento) sobre a sua capacidade de gastos em bens e serviços. O endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (RNDBF), de acordo com o Banco Central do Brasil, saltou de 50,32% em setembro de 2021 para 52,85% em agosto de 2022. Por sua vez, tal comprometimento da renda das famílias fez com que o percentual da carteira de crédito com atraso entre 15 e 90 dias passasse de 4,25% para 5,29% nesse período. A fragilização da saúde financeira das famílias deveu-se, em grande medida, ao pronunciado aumento da taxa média de juros das operações de crédito das pessoas físicas que pulou de 25,7%aa em setembro do ano passado para 34,1% em setembro de 2022. É indiscutível a correlação entre esses dados e o desempenho negativo da indústria de bens de consumo duráveis nos últimos doze meses. A inflação, como será visto no próximo tópico, é outro fator que tem contribuído para a perda de dinamismo da indústria, notadamente nos setores produtores de bens de consumo.

A dificuldade de retomada sustentada da indústria associada às incertezas macroeconômicas suscitadas pela mudança de governo impactou negativamente Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI). De acordo com a CNI, O ICEI recuou 8,5 pontos em novembro de 2022, para 51,7 pontos. A menor confiança reflete queda em todos os componentes do índice, especialmente naqueles relativos às expectativas para os próximos seis meses. Para a CNI, os empresários da indústria passaram a exibir pessimismo com relação à economia brasileira: o índice de expectativas relativas à economia brasileira caiu de 59,3 pontos para 45,9 pontos, atravessando a linha divisória dos 50 pontos. O fato é que, apesar das dificuldades conjunturais da indefinição de políticas macroeconômicas, os problemas estruturais da indústria – como as dificuldades de inovar e de aumentar a sua produtividade – terão que ser enfrentados com o tempo para que existam perspectivas sustentáveis de competitividade e crescimento.



IPCA volta a ter taxa positiva

Após três meses seguidos de deflação, o IPCA mensal registrou inflação de 0,59% com o índice acumulado em doze meses retraindo 0,63%, ou seja, passando de 7,1% em setembro para 6,5% em outubro (ver gráfico nº 4). No tocante aos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), a partir da diferença entre os títulos públicos pré-fixados e os corrigidos pelo IPCA, no vértice de 252 dias úteis, manteve a tendência de alta, ou seja, registrou 7,0% contra o patamar de 6,2% há um mês. A mediana do mercado financeiro para a inflação esperada nos próximos doze meses, pesquisa FOCUS/BCB, apresentou discreta retração na expectativa da inflação passando de 5,2 para 5,15%.

A retomada da inflação já era esperada pelo mercado em função do caráter temporário da queda no IPCA, uma vez que a deflação registrada nos últimos três meses estava diretamente associada ao efeito da redução do ICMS sobre as tarifas de energia e combustíveis (álcool, gasolina e diesel) assim como à queda nos preços das commodities, que não deve perdurar por muito tempo em virtude das oscilações dos preços, principalmente do petróleo, em nível internacional.

Outro aspecto que apontava para o caráter temporário da deflação era seu caráter localizado, ou seja, dos itens que compõem o IPCA só habitação e transporte apresentaram inflação abaixo da registrada comparando-se a média de junho a outubro de 2021 com igual período em 2022. No primeiro caso passou de 12,6% para 4,01% e no segundo de 17,2% para 9,17%. Em relação aos demais itens todos estão acima da média do mesmo período do ano anterior, exceto artigos residenciais que manteve a mesma taxa: 12,4%. Nos casos de alimentação 12,81% e 12,99%; vestuário 6,24% e 17,7%; comunicação 1,68% e 1,75%; saúde e cuidados pessoais 3,51% e 8,23%; despesas pessoais 3,11% e 7,91%; e educação 1,5% e 7,0%. O item mais resilientes à queda e, em grande parte, o responsável pelo repique do IPCA mensal foi o de alimentação.

A questão fiscal continua preocupando o mercado financeiro traduzindo-se em expectativa de inflação para o próximo ano acima da meta de 3,25%. De acordo com o boletim Focus de 11/11/22, a mediana da inflação esperada para 2023 está em 4,94%. O mercado tem reagido as sinalizações do próximo governo quanto aos ajustes na regra de controle de gastos assim como quanto a PEC da transição, que busca definir valores que ficaram fora da próxima regra fiscal, algo entre R\$ 150,0 a R\$ 175,0 bilhões. O equilíbrio entre responsabilidade fiscal e social, por sua vez, exigirá do próximo governo muita habilidade e capacidade de negociação junto ao Congresso. Ao fim e ao cabo, o perfil do novo ministro da fazenda será crucial para o sucesso de tal concertação e estabilidade econômica.

O contraponto aos efeitos expansionistas da política fiscal tem sido a sinalização do Banco central que manterá a selic no atual patamar de 13,75% ao longo do próximo ano. Tal expectativa está incorporada às cotações do contrato futuro dos depósitos interfinanceiros (DI) que projetam taxa de 13,85% em janeiro de 2024. Os problemas de tal política monetária são os seus efeitos negativos sobre o serviço da dívida pública, principalmente quando a taxa real básica fica acima da taxa de crescimento real da economia exigindo superávits fiscais crescentes, como também no custo dos juros pagos pelas famílias nos empréstimos e compras a prazo. Economistas, como Olivier Blanchard, tem sustentado que a melhor política para reduzir a relação dívida/PIB é a taxa de juros gerida pelo Banco Central ficar abaixo da taxa de crescimento da economia. Ou seja, sem crescimento econômico e coordenação entre as políticas monetária e fiscal fica difícil controlar o crescimento da dívida.

IPCA volta a ter taxa positiva

A estratégia mais adequada para enfrentar os desafios fiscais, como tem sido observado em vários países, é por meio de uma reforma tributária que penalize menos o setor produtivo e o consumo (impostos indiretos) e seja progressiva do ponto de vista da renda e do patrimônio. Da perspectiva dos gastos públicos, é essencial que haja controle das despesas por meio de regra bem desenhada que preserve o caráter contracíclico da política fiscal e exclua as despesas de investimentos em infraestrutura, que são essenciais para o desenvolvimento do setor privado e o bem-estar da sociedade. Mas, tais mudanças, mais uma vez, exigirão muita discussão e amadurecimento quanto a melhor política de gestão das contas públicas, que precisa ser eficiente por princípio por se tratar de recursos públicos.

No front internacional, apesar da boa notícia de que a inflação americana dá sinais de desaceleração, o que pode levar a uma diminuição do ritmo de alta da taxa de juros básica passando 0,75% para 0,5%, as perspectivas são de muita incerteza. Recentemente, o FMI disse que os desafios que a economia global está enfrentando são imensos e o enfraquecimento dos indicadores econômicos apontam para mais desafios à frente. Entre outras razões, em virtude do aperto da política monetária desencadeada pela inflação alta e ampla, o fraco impulso de crescimento na China e interrupções contínuas no fornecimento e insegurança alimentar devido à invasão russa na Ucrânia.

A produção industrial brasileira em setembro de 2022

A indústria brasileira em setembro de 2022 registrou queda de 0,7% na produção, no levantamento com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês em 2021 a produção industrial cresceu 0,4%, abaixo da taxa observada em agosto o quando obteve queda de 2,8% (na mesma métrica). De acordo com avaliação do IEDI[1], “Embora a situação do emprego do país tenha melhorado e o governo tenha transferido recursos para as famílias nos últimos meses, por meio de, entre outras ações, a elevação do valor do Auxílio Brasil, há fatores que continuam jogando contra um dinamismo industrial mais robusto, como o nível mais elevado das taxas de juros, que prejudica as condições de crédito, essenciais para os mercados de bens duráveis, e os remanescentes gargalos das cadeias produtivas.”

Variações da Produção Industrial %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,7	-0,4	-1,1	-2,3
Bens de capital	-0,5	4,6	-0,5	0,9
Bens Intermediários	-1,1	-0,3	-1,0	-1,9
Bens de consumo	-0,8	0,7	-1,6	-4,2
Bens de consumo duráveis	-0,2	10,5	-5,3	-10,1
Semiduráveis e não duráveis	-1,4	-1,4	-0,7	-2,6
Extrativa Mineral	1,8	-5,7	-4,0	-2,9
Transformação	-1,3	1,2	-0,7	-2,2

INDICADORES DE DESEMPENHO

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

COORDENADORA

Eliana Sá

Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior
Luciana Santa Rita

Consultora GI

Morgana Maria Machado Moura

Estagiários

Alexandre Freire de Albuquerque Alves
Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante
Juliana Alves de Melo
Pedro Monteiro de Oliveira



Contato
(82) 2121-3085
(Eliana Sá)